



# **EDITAL**

**N.º 19/CML/2014**

## **(Parecer sobre os Programas Operacionais Temáticos)**

**ANTÓNIO COSTA**, Presidente do Conselho Metropolitano de Lisboa, no exercício das competências previstas no art.º 72º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e nos termos do n.º 1 do art.º 56º aplicável às áreas metropolitanas por força do disposto no artigo 104º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, torna público que o Conselho Metropolitano de Lisboa, reunido extraordinariamente em 27 de março de 2014, aprovou por unanimidade com 17 voto(s) a favor do(s) município(s) de Alcochete, Almada, Amadora, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Moita, Montijo, Odivelas, Oeiras, Palmela, Seixal, Sesimbra, Setúbal, Sintra e Vila Franca de Xira, representando 2.343.937 eleitores da Área Metropolitana de Lisboa, ou seja, 97,51%, a Proposta n.º 16/CML72014 - Parecer sobre os Programas Operacionais Temáticos, em anexo.

Para constar e produzir os efeitos legais se publica o presente edital, que vai ser afixado nos locais do costume e publicado no sítio da Internet da Área Metropolitana de Lisboa.

Lisboa, 27 de março de 2014

O Presidente do Conselho Metropolitano de Lisboa

a)António Costa

## PROPOSTA Nº 16/CML/2014

### [Parecer sobre os Programas Operacionais Temáticos ]

Considerando que:

- A – Se encontram em Consulta Pública os Programas Operacionais Temáticos, dos quais assume particular relevância para os Municípios da Área Metropolitana de Lisboa o Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos;
- B – Compete ao Conselho Metropolitano de Lisboa, ao abrigo do disposto na alínea h) do nº 1 do artigo 71º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, tomar posição perante quaisquer órgãos do Estado ou entidades públicas sobre assuntos de interesse para a Área Metropolitana;

**Tenho a honra de propor que o Conselho Metropolitano de Lisboa delibere:**

1. **Registar a importância do exposto no POSEUR no que respeita às Áreas Metropolitanas**, a saber: *“(…) os desafios que se colocam às duas áreas metropolitanas e ao seu papel de relevo na estruturação do sistema urbano nacional cujas particularidades justificam uma significativa concentração dos investimentos na promoção da coesão social e da atractividade das áreas urbanas de incidência, bem como na promoção de estratégias de baixa emissão de carbono, incluindo a promoção da mobilidade urbana sustentável e medidas para melhorar a qualidade do ambiente urbano e ainda a prevenção e gestão de riscos e adaptação às alterações climáticas.”*

2. **Solicitar que sejam explicitados os montantes disponíveis para as operações municipais e propor que o POSEUR inclua a Administração Local como beneficiária dos objetivos específicos correspondentes à Prioridade de Investimento (PI) 2 do Eixo 1** (PI 4.3. do Acordo de Parceria (AP) - *Concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no sector da habitação*, gozando das mesmas condições de acesso da Administração Central em matéria de implementação de medidas de eficiência energética e de produção de renováveis nos edifícios públicos, a saber:
  - a) *“Aumento da eficiência energética nas infraestruturas públicas no âmbito da administração central do estado, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e de produção de renováveis nos edifícios públicos;*
  - b) *Aumento da eficiência energética no setor habitacional, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e de produção renovável na habitação”.*
3. **Propor que o POSEUR inclua a Administração Local como beneficiária dos objetivos específicos correspondentes à PI 4 do eixo 1** (PI 4.5. do AP - *Promoção de estratégias de baixo teor carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção de mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação*), atendendo ao importante papel dos municípios em termos de transportes urbanos e escolares.
4. Relativamente ao **OE 2 do Eixo 2** (*Reforço da gestão face aos riscos, numa perspetiva de resiliência, capacitando as instituições envolvidas*):
  - a. No que diz respeito aos Equipamentos de Protecção Individual (EPI) para corpos de bombeiros, **recomendar que nos tipos de beneficiários sejam contemplados os corpos de Bombeiros, as respectivas Associações, e a Federação ou a Liga de Bombeiros.**

- b. **Recomendar que os incêndios florestais, à semelhança do exposto para a protecção da orla costeira, sejam explanados num objectivo específico individual**, e que sejam inseridas no contexto do objectivo algumas acções ligadas aos incêndios florestais, nomeadamente a silvicultura preventiva e a gestão do pós-incêndio, com as respectivas reabilitações dos ecossistemas e correcções de potenciais erosões do solo decorrentes da ausência de vegetação.
- c. No que diz respeito às faixas de gestão de combustível associadas à Rede Primária, entende-se que as redes primárias de faixas de gestão de combustível são definidas pelos planos distritais de defesa da floresta contra incêndios e obrigatoriamente integrados no planeamento municipal e local de defesa da floresta contra incêndios. O planeamento distrital tem um enquadramento tático e caracteriza -se pela seriação e organização das acções e dos objectivos definidos no PNDFCI à escala distrital, mas deveria ter, à semelhança do planeamento municipal um carácter executivo e de programação operacional no que respeita às faixas de gestão de combustível associadas à Rede Primária. Por outro lado uma vez que o planeamento distrital assume uma posição intermédia entre o nacional e o municipal, deveria adoptar um conjunto de medidas emanadas do nacional e orientar o planeamento municipal, em vez de sintetizar o que é planeado a nível municipal.
- d. Em relação aos grandes projectos previstos **alertar que, pelo exposto, o número de meios aéreos propostos é insuficiente para o período em causa**, uma vez que em média se registou uma cedência superior a 5 aeronaves por ano. Por outro lado deveria ser introduzido nos grandes projectos previstos, medidas de prevenção, silvicultura preventiva no sentido da redução dos combustivos florestais.
- e. **Alertar que existem matérias importantes que são abordadas no objectivo específico que não revertem qualquer tipo de efeito nas acções previstas**, nomeadamente a questão do cadastro predial, não só pelo exposto no objectivo, mas também numa perspectiva preventiva e

mesmo em ações de planeamento quer de silvicultura preventiva, quer faixas de gestão de combustível associadas à rede primária.

5. No que diz respeito à **PI 2 do Eixo 3**. (PI 6.2 do AP - *Investimentos no setor da água, para satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União e atender às necessidades de investimento identificadas pelos Estados Membros que vão além desses requisitos*):

- a. **Recomendar que as tipologias de ações a apoiar contemplem**, quer ao nível do saneamento básico, quer ao nível do abastecimento de água, os modelos de gestão “em baixa”, os modelos verticalizados e, face às características diversas dos diferentes municípios que constituem a região de Lisboa, a elegibilidade das ações no contexto de sistemas autónomos em aglomerados urbanos muito pequenos ou em habitats dispersos que, pela sua distância aos aglomerados urbanos mais próximos demonstrem ser tecnicamente preferível a adoção de sistemas de menor escala. Esta proposta inclui também a possibilidade de apresentação de candidaturas faseadas sem valores mínimos elegíveis obrigatórios.
- b. **Registar que não é abordada a questão da necessidade de erradicação das redes unitárias** e as afluências indevidas são abordadas muito tenuemente (e só a respeito da intromissão de pluviais nos coletores domésticos).
- c. **Alertar que o programa visa estabelecer metas e objetivos, que no entanto não são mensurados do ponto de vista económico/financeiro.** Ou seja, qual será o impacto (global/nacional) das medidas e quem o suportará? Será suportável ou implicará, no futuro, mais endividamento e mais recessão? Apesar de o mote do PO ser a eficiência e economia de recursos, a verdade é que os atuais sistemas são difíceis de sustentar e todos os futuros investimentos terão de ser suportados por alguma entidade, uma vez que as tarifas só possibilitam a recuperação do investimento a médio-longo prazo.

6. **Lamentar que a AML não seja devidamente integrada no Programa Operacional da Inclusão Social e Emprego (POISE), no Programa Operacional do Capital Humano (POCH),** sendo esta uma região em que se verifica um acentuar dos problemas sociais, quer pela grande incidência de Bairros Críticos quer pela *integração* dessas populações no mercado trabalho e na vida ativa. Por outro lado, uma aposta numa Lisboa Competitiva implica necessariamente uma aposta no capital humano. Não tendo a região de Lisboa acessibilidade a este Programa Operacional a verba destinada a esta prioridade em sede de PORL deverá ser reforçada.
7. **Atendendo a que os objetivos do POISE** são o reforço da integração das pessoas em risco de pobreza e o combate à exclusão social através de medidas inovadoras de intervenção social, apoiando diretamente os grupos populacionais mais desfavorecidos pela promoção de políticas ativas de emprego e de outros instrumentos de salvaguarda da coesão social, **não se pode aceitar a exclusão da AML da esfera temática deste PO,** quando a própria base analítica do PO destaca a região de Lisboa como a mais desigual na distribuição de rendimentos totais, cerca de 37,1% segundo o coeficiente de *Gini*, a única superior face à linha média nacional de 33,2%.
8. Apesar da exceção de afetação ao seu Eixo Prioritário 2 – Iniciativa Emprego Jovem, associado à prioridade de investimento 8.2, **todas as restantes áreas de necessidade de intervenção são excluídas do POISE,** ficando, assim, a Região limitada à reduzida verba considerada no POR de Lisboa, manifestamente insuficiente face às necessidades expressas pelas populações e pelo território metropolitano de Lisboa.
9. Embora seja referenciado no POISE as correlações estratégicas suscitadas com o AIDUS, os ITI e os DLBC, não se materializa porém como tal vai suceder nem como se preconiza efetivar com assertividade e visando as metas de resultados, a locações financeiras a efetivamente concretizar.

10. **Atendendo a que os objetivos do POCH** são: promover o sucesso e a redução do abandono escolar, aumentar a eficácia nas qualificações orientadas face ao mercado de trabalho, aumentar a atratividade e o número de diplomados do ensino superior, melhorar as qualificações da população adulta e promover a qualidade no sistema de educação e formação, **não se pode aceitar a exclusão da AML da esfera temática deste PO**, atendendo a que as verbas disponibilizadas no POR de Lisboa, para estas temáticas, são escassas face às premências de intervenção sentida na área metropolitana de Lisboa e na sua imensa mancha periurbana, que em alguns domínios territoriais ainda é marcada por comunidades tradicionalmente rurais e piscatórias, como por comunidades urbanas em zonas de risco de exclusão social.
11. **Atendendo a que os objetivos do POCI - Programa da Competitividade e Internacionalização** são promover uma economia mais competitiva baseada no conhecimento e apostada em bens e serviços, transacionáveis e internacionalizáveis, o reforço da qualificação e orientação exportadora das empresas portuguesas, em especial das PME, muito favorecida pela redução de custos e por maior eficiência dos serviços públicos, da melhoria dos transportes e da integração nas redes transeuropeias, **não se pode aceitar a posição residual da AML na esfera temática deste PO**.
12. **As situações excecionais e específicas em que a AML apenas é elegível, no Eixo Prioritário V.** (Objetivo Temático 11 do AP - *Reforço da capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e da eficiência da administração pública*) e **no Eixo Prioritário II, nas PI 4 e 5** (Objetivo Temático 2. do AP - *Melhoria do acesso às TIC, bem como a sua utilização e a sua qualidade*) **não permitem ultrapassar a total ausência de disponibilidades para estas temáticas no POR Lisboa**, o que limita significativamente a competitividade da região de Lisboa, onde se desenvolvem importantes energias na investigação e na sua aplicação à internacionalização do país.

13. No que se refere às potenciais disseminações de financiamento deste PO para a área metropolitana de Lisboa, há somente a considerar o seu **Eixo Prioritário IV** (Objetivo Temático 7 do AP - *Promoção de Transportes Sustentáveis e Eliminação dos Estrangulamentos nas Principais Redes de Infraestruturas*), cujos beneficiários são as “Infraestruturas de transportes e logística inseridas nas RTE-T”. Pela abertura em termos nacionais desta plataforma temática de financiamento, mais uma vez a região de fica numa situação marginal face às competências e potencialidades que a mesma desenvolve na ligação do país à Europa.
14. **Solicitam-se esclarecimentos sobre como se concretiza, e se operacionaliza, a governação multinível entre Administração Central, Regional, Local e a Iniciativa Privada**, bem como o esclarecimento de afirmações, por diversas vezes proferidas pelo Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, referindo que nos objetivos temáticos onde se enquadrarem as ações/projetos a desenvolver na AIDUS, não ficarão verbas disponíveis para iniciativas/operações de âmbito estritamente municipal, no âmbito do POR Lisboa. Estas afirmações retiram capacidade de intervenção, por parte das entidades que devem aceder ao PO Temático.
15. Por último, solicitar que seja também **esclarecido e assegurado, nos modelos de gestão a implementar**, o seguinte:
- Relativamente à gestão global dos programas: ser esclarecido o nível e as competências da administração local nos órgãos e/unidades de gestão dos Programa, assegurando a sua participação através de representantes devidamente mandatados para o efeito.
  - Relativamente aos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão territorial (ITI e AIDUS) e Estratégias de Desenvolvimento Local (DLBC): ser esclarecido o modelo de gestão a implementar, definindo o papel dos municípios e restantes parceiros nos planos de ação a implementar, sendo que também a este nível deverá ser assegurada a participação





dos municípios, não só a nível da sua implementação mas sobretudo ao nível decisório.

16. Dar conhecimento da presente deliberação a S.Exa o Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, ao Sr Presidente da CCDR-LVT e remeter para a sede de consulta pública.

Lisboa, 27 de março de 2014

O Presidente do Conselho Metropolitano de Lisboa

a)António Costa